

ASSOCIAÇÃO PELA PROPRIEDADE COMUNITÁRIA

**Demonstrações Financeiras para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Relatório dos Auditores Independentes**

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/audisa.consultores)

📷 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

ASSOCIAÇÃO PELA PROPRIEDADE COMUNITÁRIA

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis.....

Balanco Patrimonial.....

Demonstração do Resultado do Período.....

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....

Demonstração dos Fluxos de Caixa.....

Notas explicativas às demonstrações contábeis.....

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

ASSOCIAÇÃO PELA PROPRIEDADE COMUNITÁRIA

CNPJ. : 25.138.190/0001-39

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO PELA PROPRIEDADE COMUNITÁRIA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos:**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.**

Os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO PELA PROPRIEDADE COMUNITÁRIA**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós e nem por outros auditores Independentes.

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

/company/grupoaudisa

PORTALAUDISA.COM.BR

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conceito das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 24 de Março de 2022

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO (14782348819)
Data: 3/25/2022 12:38:03 PM -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 2CC75-D319A-0C69C-028D2

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/2CC75-D319A-0C69C-028D2>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



Associação Pela Propriedade Comunitária CNPJ 25.138.190/0001-39
BALANÇO PATRIMONIAL
Encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em R\$					
ATIVO			PASSIVO		
	2021	2020		2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	2.048.201	1.344.844	PASSIVO CIRCULANTE	1.234	900
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.149.876	649.204	Despesas a reembolsar	-	-
Caixa		-	Serviços prestados a Pagar	1.234	900
Bancos Conta Movimento	1.627	711	Obrigações Fiscais a Recolher	-	-
Aplicações Financeiras	1.148.249	648.493	SUBVENÇÕES E/OU CONV. A REALIZAR	7	2.358.866
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS	898.325	695.640	Subvenções a Realizar	1.973.866	2.282.345
Contas a Receber	898.325	695.640	Mútuo de Pessoas Não Ligadas	385.000	-
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS - LONGO PRAZO	926.383	1.329.900	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	614.483
Contas a Receber	368.433	1.329.900	Patrimônio Social	391.499	169.664
Imobilizado	557.949	-	Superávit/ (Déficit) do Exercício	4 h	222.984
TOTAL DO ATIVO	2.974.583	2.674.744	TOTAL DO PASSIVO E PL	2.974.583	2.674.744

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

São Paulo, 31 de dezembro de 2021.



Raul Paulino Torres – Diretor Executivo
CPF 314.637.888-43
Contador - 1SP265092/O-6

Associação Pela Propriedade Comunitária CNPJ 25.138.190/0001-39			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO			
Exercícios findos em 2021 e 2020			
		2021	2020
RECEITAS		913.474	565.222
Subvenções Não Governamentais de Pessoas Jurídicas	9	554.154	-
Doações não governamentais de Pessoas Jurídicas		63.983	246.721
Doações de Pessoas Físicas		247.827	304.199
Outras Receitas		17.643	6.678
Receitas Financeiras		29.867	7.624
DESPESAS		690.490	343.387
Despesas com a Execução de Projetos		632.435	302.240
Despesas de Gestão Administrativa		20.380	23.716
Despesas Tributárias		37.676	17.432
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	10	222.984	221.835

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

São Paulo, 31 de dezembro de 2021.



Raul Paulino Torres – Diretor Executivo

CPF 314.637.888-43

Contador - 1SP265092/O-6

Associação Pela Propriedade Comunitária CNPJ 25.138.190/0001-39			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Exercício financeiro de 2021			
	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) do Exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	169.664	-	169.664
Superávit apurado no exercício de 2020	-	221.835	221.835
Saldo em 31 de dezembro de 2020	169.664	221.835	391.499
Incorporação do resultado do Exercício e 2020	221.835	-221.835	-
Superávit apurado no exercício de 2021	-	222.984	222.984
Saldo em 31 de dezembro de 2021	391.499	222.984	614.483

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

São Paulo, 31 de dezembro de 2021.



Raul Paulino Torres – Diretor Executivo
 CPF 314.637.888-43
 Contador - 1SP265092/O-6

Associação Pela Propriedade Comunitária CNPJ 25.138.190/0001-39			
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 2021 E 2020			
Atividades Operacionais	2021	2020	
Superávit (Déficit) do Exercício	222.984	221.835	
Déficit/Superávit do Exercício Ajustado	222.984	221.835	
Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC			
(Aumento) Redução de Adiantamentos	-	-	
(Aumento) Redução de Contas a Receber	- 202.685	- 695.640	
(Aumento) Redução de Contas a Receber Longo Prazo	961.467	- 1.329.900	
Total de Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC	758.782	- 2.025.540	
Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC			
Aumento (Redução) Serviços Prestados a Pagar	334	900	
Aumento (Redução) Subvenções a Realizar	76.521	2.282.345	
Aumento (Redução) Obrigações a Recolher			
Total de Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC	76.856	2.283.245	
Caixa Líquido das Atividades Operacionais			
Atividades de Investimentos			
Compra de Imobilizado	557.949	-	
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	- 557.949	-	
Atividades de Financiamento			
Atividades de financiamento		-	
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		-	
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	500.671	479.540	
Caixa e Equivalentes de Caixa – início do ano	649.204	169.664	
Caixa e Equivalentes de Caixa – final do ano	1.149.876	649.204	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

São Paulo, 31 de dezembro de 2021.



Raul Paulino Torres – Diretor Executivo
 CPF 314.637.888-43
 Contador - 1SP265092/O-6

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Associação Pela Propriedade Comunitária, constituído em 15 de junho de 2016, sob a forma de associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sem vinculação político-partidária nem distinção de credo, raça, etnia, classe, orientação sexual e gênero, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro à Avenida Higienópolis, nº 741 – Apto. 501 – São Paulo/SP. Conforme artigo 2 do Estatuto Social, A Associação Pela Propriedade Comunitária tem por finalidades:

1. Promover os ideais da propriedade comunitária, de atividades e finalidades de relevância pública e social;
2. Combater processos de gentrificação dos centros urbanos;
3. Realizar exposições, debates, publicações, palestras, cursos, eventos, na temática da propriedade comunitária;
4. Desenvolver conteúdos, estratégias e pesquisas na temática da propriedade comunitária;
5. Realizar atividades de treinamento na temática da propriedade comunitária;
6. Constituir fundos para a aquisição de imóveis em regime de propriedade comunitária;
7. Adquirir e gerir imóveis em regimes de propriedade comunitária e destiná-los a usos sociais e a efetivação da função social da propriedade;
8. Firmar parcerias, convênios ou outras formas de colaboração com o Poder Público para a consecução dos ideais da Associação;

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES Na elaboração das demonstrações contábeis de 2021, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC No 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC No 1.330/11 (NBC ITG 2000) A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS:

a. Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

b. Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

c. Ativos Circulantes - Contas a receber: As contas a receber são registradas pelo valor faturado;

d. Passivo Circulante: Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes e encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

e. Provisões: Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

f. Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

g. As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

h. Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

i. Uso de estimativas: A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

5. CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS Este grupo é composto pelos “valores a receber”, refere-se a recursos para a execução dos projetos:

Descrição	2021
Julius Baer Foundation	1.166.373,45
Instituto Ibirapitanga	100.000,00
TOTAL	1.266.373,45

6. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A Associação utiliza taxas de depreciação, em função da estimativa de vida útil. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes são as seguintes:

- Imóveis 25 anos

Conta contábil	Imóveis	Deprec.	Imob. Líquido
Saldo inicial		-	-
Adições	558.556,89	-	558.556,89
Depreciação do ano	-	- 607,54	- 607,54
Saldo final	558.556,89	- 607,54	557.949,35

7. SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS A REALIZAR São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com empresas privadas, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Descrição	2021
Requalifica	1.781.410,76
ACESSOÀTERRA 2 (ATAJ 2)	178.982,16
Grupo de Consumo FUA	10.210,68
Projetar no Pequeno	3.262,83
TOTAL	1.973.866,43

8. PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES (Resolução CFC No. 1.180/09 NBC TG 25) Conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos da Entidade, não são esperadas perdas prováveis que devam ser registradas nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, somado ao superávit do exercício de R\$ 391.499,21.

10. RECEITAS (Resolução CFC No. NBC TG 47/16) Em atendimento a Resolução do CFC No. NBC TG 47 de 2016, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (receitas provenientes de convênios firmados com empresas privadas), são registradas pelos valores contratados pelos convênios firmados.

11. DO RESULTADO DO PERÍODO O superávit do exercício de 2021 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

12. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

São Paulo, 31 de dezembro de 2021.



Raul Paulino Torres – Diretor Executivo

CPF 314.637.888-43

Contador - 1SP265092/O-6

Simone Ferreira Gatti

Diretora Presidente

CPF: 029.590.159-40